

A ESTRATÉGIA DO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.

ARIADNE PEREIRA ALVES¹; PATRÍCIA DIAS PEVERADA²; ELVIS SILVEIRA-
MARTINS³.

¹Universidade Federal de Pelotas – pereira.ariadne2009@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – patricia.peverada@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – elvis.professor@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Vários fatores levaram à necessidade de ser criado um curso de ensino superior de administração pública no Brasil. A exemplo destas necessidades, observa-se a crise da dívida externa, em 1980, o processo de redemocratização, a elaboração da constituição de 1988, a reforma do Estado na década de 1990, emergindo, assim, a necessidade de uma nova forma de administração pública brasileira.

Além destes cenários, abarca-se também, as grandes transformações ocorridas em sua economia com a desregulamentação. Ademais, como um processo cíclico e dinâmico, o ensino da administração pública no Brasil não ficou restrito a somente estes fatores, pois constantemente surgem novos desafios que instigam novas práticas de gestão.

Diante deste contexto, e visando aprofundar o tema acima introduzido, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o ensino da administração pública no Brasil nas bases de dados SPELL.

2. METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, objetivando gerar conhecimento a respeito do desenrolar histórico e abordagem do curso, assim como dos problemas enfrentados atualmente, em termos de adequação metodológica aplicada ao âmbito privado e público.

Para tanto, o método de estudo utilizado foi o bibliográfico, feito na base de dados SPELL (*Scientific Periodicals Electronic Library*) onde, valendo-se das palavras-chave 'Administração Pública' e 'Gestão Pública', obteve-se como resultado da pesquisa 130 e 36 artigos respectivamente.

Deste total de trabalhos (166 artigos), foram selecionados 6 que abordavam especificamente o ensino desta área de conhecimento no Brasil, apresentando os mesmos, um período de publicação compreendido entre os anos de 2008 e 2014.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vários fatores levaram à necessidade de ser criado um curso de ensino superior de administração pública no Brasil. Desde os anos 80, com a crise da dívida, o processo de redemocratização e também com a elaboração da constituição de 1988, e passando para os anos 1990 com a reforma do Estado. A administração pública brasileira sofreu grandes transformações em sua economia com a desregulamentação e também sofreu mudanças com a introdução de práticas gerenciais.

Segundo COELHO (2008), a agenda de reforma da administração pública no ente federal, consoante o paradigma da “*new public management*”, teria introduzido ideias ou valores da administração pública gerencial no país, permeando, de forma gradual, a prestação dos serviços públicos, assim como o desenvolvimento de políticas públicas.

Não é de hoje que percebemos práticas da administração privada aplicadas na administração pública. Conforme assevera MOTTA (2013), desde o século XIX, tenta-se equiparar a Administração Pública com as práticas do setor privado. Intentada durante décadas, porém poucas vezes efetivada, tal ideia espalhou-se como uma nova e promissora modalidade de gestão pública ao final do século XX.

No processo de formação do curso de Administração Pública no Brasil são identificados três ciclos, conforme FISCHER (1984), onde o primeiro ciclo apresenta a irradiação do ensino de Administração Pública (AP) entre 1952 e 1965, o segundo ciclo apresenta o auge e o declínio do ensino AP no período de 1966 a 1982 e o terceiro ciclo que exhibe um realento para o ensino, quando surgem novas proposições de formação nos anos de 1983 a 1994.

Consoante com este pensamento, COELHO *et al.* (2011) destaca que a partir dos anos 2000, com a reforma do Estado e com o crescimento do setor público, voltam a surgir cursos de graduação em AP e correlatos, como Gestão de Políticas Públicas e Gestão Pública em instituições de ensino como Udesc e USP em 2004 e 2005 respectivamente, Unicamp, UFMG, UnB, UFRGS e UFRN em 2009 e UFABC, Ufla, UFPB e UFRJ em 2010.

A primeira escola de administração pública do Brasil foi conduzida por técnicos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), conduzidos por Getúlio Vargas na busca pela formação de uma elite técnica, que seria utilizada para insular o país a fim de eliminar o clientelismo existente a época (COELHO; NICOLINI, 2013).

No entendimento de RABELO (2011), o conceito de burocracia adotado pelo DASP era a normatização e regulamentação no campo de trabalho e também na vida social, pois havia a mentalidade de que o serviço público só melhoraria com a adoção da meritocracia e padronização do funcionalismo, afastando as influências políticas.

Foi com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que foi fundada e conduzida por técnicos do DASP que o ensino de administração pública foi institucionalizado no país. Com o auxílio das Nações Unidas e de universidades norte-americanas a FGV fundou a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), para formar bacharéis em administração pública conciliando o embasamento teórico com a vertente funcional da gerência pública (COELHO; NICOLINI, 2013).

Nos ciclos citados, mesmo nos períodos de crise do ensino de AP a Eaesp/FGV, Unesp e EG/FJP foram as instituições que mantiveram o ensino de graduação em administração pública no Brasil, contribuindo para sua sobrevivência e dando suporte na expansão dos bacharelados em AP e cursos correlatos a partir dos anos 2000 (COELHO *et al.*, 2011).

Ainda, de acordo com COELHO (2008) os cursos de AP se deparam com alguns obstáculos/lacunas relacionados à formação acadêmica. Tais lacunas acabam amedrontando o acadêmico devido a tantas incertezas, levando-o à área empresarial.

Assim, segundo o autor, os principais obstáculos do ensino de graduação em administração pública no Brasil são:

1. **Atração dos alunos:**

- Desgaste da imagem do Estado: Propaga-se uma imagem de corrupção, desperdícios, morosidade, clientelismo e improdutividade, assim o acadêmico perde o interesse e vai para outra área.
- Perspectivas de trabalho nebulosas: Não há uma perspectiva clara de trabalho, não há um mercado bem definido como na AE, assim o acadêmico fica a mercê da incerteza de êxito em algum concurso.

2. **Formação Acadêmica:**

- Falta de identidade do ensino: O curso de AP é baseado em quase sua totalidade na administração de empresas, com disciplinas que só mudam a nomenclatura, assim reafirma-se uma aplicação metodológica empresarial, em detrimento de uma identidade de abordagem pública.
- Escassez de material didático: A falta de bibliografia específica sobre o setor público leva a utilização de bibliografias da AE.
- Carência de corpo docente: A falta de professores formados em administração pública ou com experiência na área acaba por prejudicar o ensino, passando aos acadêmicos, experiências da área privada.
- Falhas na interface teoria-prática: É empregado um misto de teoria da área privada juntamente a da área pública, porém as práticas aplicadas preponderantemente da administração privada.

3. **Inserção Profissional:**

- Deslocamento para o setor privado: O profissional de administração pública acaba por se cansar de ver aplicações privatistas e troca de área, passando a trabalhar nesta área.

Desta forma, evidencia-se que o profissional da área de administração pública, por meio dos pontos já mencionados, acaba por ser impelido, ou se vê diante da possibilidade de inserção no setor privado.

4. **CONCLUSÕES**

Considerando a história de altos e baixos do ensino de administração pública no Brasil e sua problemática atual, é possível inferir que o curso é parte do processo de desenvolvimento do pensar sobre si mesmo, porém com a submissão ao conteúdo da administração de empresas. Com base no estudo realizado bibliograficamente, COELHO (2008) aborda a problemática do ensino de graduação em administração pública citando a descaracterização deste ante o seu correlato empresarial. Fica evidente a premente aplicabilidade de metodologias, técnicas e doutrinas muito mais úteis no objetivo de aumentar lucratividade, em detrimento de ferramentas que se aplicadas resultem em um serviço público produtivo e pleno em qualidade. Assim, neste estudo objetivou-se jogar luz no tema a fim de apontar hipótese para estudos futuros como também fornecer subsídios para debates acadêmicos nas instituições de ensino superior sobre o futuro dos cursos de graduação em administração pública no país.

5. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, R. R.; CASTRO, C. C.; SOUTO, C. L. Processo de Institucionalização do Curso de Administração Pública a Distância em uma Universidade Federal. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18 n. 1 p. 20-36, Jan/Fev 2014.

- COELHO, F. S. Uma Radiografia do Ensino de Graduação em Administração Pública no Brasil (1995-2006). In: **Encontro da ANPAD, XXXII**, Rio de Janeiro, 2008, **Anais**...Rio de Janeiro: XXXII Encontro ANPAD, 2008, p. 1-16.
- COELHO, F. S. A problemática atual do ensino de graduação em administração pública no Brasil. **Cadernos EBAP.BR**, n. 32, p. 1-21, agosto de 2008.
- COELHO, F. S.; OLENSCKI, A. R. B.; CELSO, R. P. Da letargia ao realento: notas sobre o ensino de graduação em administração pública no Brasil no entremeio da crise do Estado e da redemocratização no país (1983-94). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.45, n.6, p. 1708-1732, Nov/Dez 2011.
- COELHO, F. S.; NICOLINI, A. M. Do auge à retração: Análise de um dos estágios de construção do ensino de administração pública no Brasil (1966-1982). **O&S**, Salvador, v. 20, n. 66, p. 403-422, Jul/Set 2013.
- FISCHER, T. **O Ensino de administração pública no Brasil: os ideais de desenvolvimento e as dimensões de racionalidade (1948-1984)**. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1984.
- MELLO, C. M.; PERIOTTO, A. J.; ENDRICI, J. O. M. Requisitos para a gestão do conhecimento na administração pública universitária em seu paradigma tecnológico. **Revista de Negócios**, Blumenau, v.16, n. 1, p. 32-48, Jan/Mar 2011.
- MOTTA, P. R. M. O Estado da Arte da Gestão Pública. **Revista de Negócio**, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 82-90, jan/fev 2013.
- RABELO, F. L. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 132-142, dezembro de 2011.